



ATIVIDADES DE TREINO

Poder Judiciário



Profº Líbero Filho





SUMÁRIO

ATIVIDADE

Questão 1

Questão 2

Questão 3

GABARITO

Questão 1

Questão 2

Questão 3

3

3

3

3

5

5

6

6



ATIVIDADE

Questão 1

(V EXAME DE ORDEM - Questão 3 - 2011 - adaptada) Um fazendeiro descobriu que sua mulher o havia traído com um cidadão de etnia indígena que morava numa reserva próxima à sua fazenda. No mesmo instante em que tomou ciência do fato, o fazendeiro dirigiu-se à reserva indígena e disparou três tiros contra o índio, que, no entanto, sobreviveu ao atentado.

Com base nesse cenário, responda aos itens a seguir, empregando os argumentos jurídicos apropriados e a fundamentação legal pertinente ao caso.

A) A quem compete julgar esse caso? (Valor: 0,45)

B) Qual é o fundamento do art. 109, XI, da Constituição da República? (Valor: 0,40)

C) Caso o juiz federal entendesse ser incompetente para julgar esse caso e encaminhasse os autos ao juiz de direito e este também entendesse ser incompetente, a quem caberia decidir qual o juízo competente? Por quê? (Valor: 0,40)

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

Questão 2

(IV EXAME DE ORDEM - Questão 4 - 2011) Mévio, advogado com longos anos de carreira, resolve concorrer a vaga de magistrado surgida no Tribunal de Justiça K, tendo apresentado o seu currículo para a Ordem dos Advogados do Brasil, que o incluiu na lista de advogados. Mesma situação ocorreu com a lista escolhida pelo Tribunal de Justiça.

À luz das normas constitucionais, responda aos itens a seguir:

A) Qual é o percentual de vagas destinada aos advogados nos Tribunais de Justiça? (Valor: 0,35)

B) Quais são os ritos de escolha realizados pela OAB e pelo Tribunal de Justiça? (Valor: 0,60)

C) De quem é a competência para nomeação? (Valor: 0,30)

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

Questão 3

(XXXII EXAME DE ORDEM - Questão 3 - 2021) Antônio, na condição de consumidor, celebrou contrato com determinada concessionária de serviço público de telefonia, vinculada à União e sujeita à fiscalização de uma agência reguladora federal. Poucos anos após a celebração, a ele foi informado que a concessionária partilharia, com seus parceiros comerciais, as localidades em que estão situados os números de telefone aos quais Antônio se conecta regularmente. O objetivo era o de contribuir para o



delineamento do seu perfil, de modo a facilitar a identificação da propaganda comercial de seu interesse. Acresça-se que tanto a União quanto a agência reguladora federal divulgaram comunicados oficiais informando que não tinham qualquer interesse na discussão a respeito dos referidos atos da concessionária.

Insatisfeito com o teor do comunicado recebido, Antônio procurou você, como advogado(a), e solicitou que respondesse aos questionamentos a seguir.

A) A partilha de informações a ser realizada pela concessionária é compatível com a Constituição da República? (Valor: 0,60)

B) Qual é o órgão do Poder Judiciário competente para processar e julgar a demanda que venha a ser ajuizada em face da concessionária? (Valor: 0,65)

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

**GABARITO****Questão 1**

A) Por se tratar de crime doloso contra a vida, o caso deverá ser julgado pelo Tribunal do Júri, da justiça estadual comum. Embora a vítima seja um índio, o caso não está relacionado à disputa de direitos indígenas, razão pela qual não seria competência da Justiça Federal (art. 109, XI, da CRFB/88).

B) A atribuição à Justiça Federal da competência para julgar disputas sobre direitos indígenas decorre da competência atribuída à União Federal para proteção da cultura indígena, seus bens e valores (art. 231, CRFB). É por esta razão que a competência, nestas hipóteses, será da Justiça Federal, independentemente do Estado onde o caso tenha ocorrido.

C) A competência, neste caso, será do STJ, pois se trata de conflito negativo de competência entre órgãos vinculados a tribunais diversos (art. 105, I, d, CRFB).

ITEM	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO DO ALUNO
A) O caso deverá ser julgado pelo Tribunal do Júri (0,15), da justiça estadual comum (0,15). Não se trata de disputa de direitos indígenas (0,15).	0,00/0,40/0,80 0,85/1,25	
B) A atribuição à Justiça Federal da competência para julgar disputas sobre direitos indígenas decorre da competência atribuída à União Federal para proteção da cultura indígena, seus bens e valores (art. 231, CRFB). É por esta razão que a competência, nestas hipóteses, será da Justiça Federal, independentemente do Estado onde o caso tenha ocorrido (0,40).	0,00/0,40	
C) O STJ (0,20), por ser conflito negativo de competência entre órgãos vinculados a tribunais diversos OU art. 105, I, d, da CRFB/88 (0,20).	0,00/0,20/0,40	

**Palavra-chave (procure no índice)**



ÍNDIO

CONFLITO

Questão 2

A) O ingresso do advogado na carreira da magistratura pode ocorrer através do denominado Quinto Constitucional, pois a norma do art. 94, da CRFB/88, reserva um quinto das vagas dos tribunais para ocupação dentre membros do Ministério Público e da Advocacia, com notório saber, reputação ilibada, com mais de dez anos de atividade profissional.

B) A OAB, no caso a seccional estadual, indicará os candidatos em lista sêxtupla, cabendo ao Tribunal de Justiça votar uma lista tríplice que será enviada ao Governador do Estado que escolherá, livremente, um dos indicados.

C) O Governador do Estado que escolherá, livremente, um dos indicados em lista tríplice.

ITEM	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO DO ALUNO
A) Com base no art. 94 da CRFB (Quinto Constitucional) (0,15), o percentual é de 10% para advogados (0,20).	0,00/0,15/0,20 0,35	
B) Escolha de lista sêxtupla pela OAB local, dentre advogados com mais de dez anos. (0,30). Escolha de lista tríplice pelo TJ (0,30).	0,0/0,30/0,60	
C) O Governador do Estado (0,30).	0,00/0,30	



Palavra-chave (procure no índice)

ADVOGADO

Questão 3

A) Não. É assegurado o sigilo de dados e das comunicações telefônicas, ressalvada a existência de ordem judicial, nos termos do Art. 5º, inciso X ou Art. 5º, inciso XII, ambos da CRFB/88.

B) O órgão competente é o Juiz Estadual, já que a União e a agência reguladora federal não serão demandadas por Antônio, nos termos do Art. 109, inciso I, da CRFB/88 ou da Súmula Vinculante 27 do Supremo Tribunal Federal.

ATENÇÃO PARA A SÚMULA VINCULANTE!!



ITEM	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO DO ALUNO
A) Não, pois é assegurado o sigilo de dados (0,20) e das comunicações telefônicas (0,15), ressalvada a existência de ordem judicial (0,15) nos termos do Art. 5º, inciso X, ou Art. 5º, inciso XII, ambos da CRFB/88 (0,10).	0,00/0,15/0,20 0,25/0,30/0,35 0,40/0,45/0,50 0,60	
B) O órgão competente é o Juiz Estadual (0,30), já que a União e a agência reguladora federal não serão demandadas por Antônio (0,25), nos termos do Art. 109, inciso I, da CRFB/88 ou da Súmula Vinculante 27 do STF (0,10).	0,00/0,25/0,30 0,35/0,40/0,55 0,65	



Palavra-chave (procure no índice)

CORRESPONDÊNCIA

EMPRESA PÚBLICA